



FALANGE MIÚDA

REVISTA DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

Ensino de Geografia para sujeitos surdos: Libras como língua e não como ferramenta inclusiva na cultura surda

Orlando Menezes da Silva¹

Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia- PPGG - Unir

Nilson Cesar Fraga²

Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia- PPGG - Unir

RESUMO

O presente artigo resulta de reflexões teóricas e empíricas acerca do ensino de Geografia para sujeitos surdos, tomando a Libras (Língua Brasileira de Sinais) como língua de instrução no processo de ensino e aprendizagem, e não apenas como uma ferramenta instrumental de inclusão. Parte-se do pressuposto de que o acesso à língua materna constitui condição fundamental para a construção do conhecimento escolar e para a participação efetiva dos estudantes surdos no ambiente educacional, especialmente no que se refere à aprendizagem de conteúdos geográficos. A pesquisa foi desenvolvida a partir de observações em salas de aula da Educação Básica em escolas da cidade de Rio Branco, no estado do Acre, no ano de 2023, nas quais há estudantes surdos matriculados e acompanhados pelo Centro de Apoio ao Surdo (CAS). Nessas turmas, busca-se garantir aos alunos o acesso à Libras como língua materna no processo de aprendizagem do componente curricular de Geografia. Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma investigação de natureza qualitativa, que articula observações em sala de aula e revisão bibliográfica. O referencial teórico fundamenta-se em autores que discutem o ensino de Geografia e a educação de sujeitos surdos, destacando-se Cavalcanti (2005) e Gonçalves (2019), no campo do ensino de Geografia, e Perlin (2004), Quadros (2002) e Silva (2025), nas discussões sobre surdez, cultura surda e Libras. Os resultados evidenciam a relevância da atuação do profissional TILSP (Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais e Português) como mediador linguístico no processo educativo. A interlocução entre o professor regente e o TILSP mostra-se fundamental para garantir a comunicação e favorecer o acesso dos estudantes surdos aos conteúdos trabalhados em sala.

Palavras-chave: Geografia e cultura surda; Ensino de Geografia; Sujeitos surdos.

*Teaching Geography to deaf students:
Brazilian Sign Language (Libras) as a language and not as an inclusive tool in deaf culture*

ABSTRACT

This article results from theoretical and empirical reflections on the teaching of Geography to deaf students, considering Libras (Brazilian Sign Language) as the language of instruction in the teaching and learning process, and not merely as an instrumental tool for inclusion. It is based on the premise that access to the mother tongue is a fundamental condition for the construction of school knowledge and for the effective participation of deaf students in the educational environment, especially regarding the learning of geographical content. The research was developed from observations in Basic Education classrooms in

¹ Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Acre (UFAC). Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho, RO, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-3858-9617> Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0911938405819248> E-mail: orlando.menezes@gmail.com.

² Pesquisador do CNPq/Produtividade em Pesquisa, Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) Professor Associado D do Departamento de Geografia da UEL. Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Rondônia. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2050-0331>. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9299585302216595>. E-mail: ncfraga@uel.br.

schools in the city of Rio Branco, in the state of Acre, in 2023, where deaf students are enrolled and supported by the Center for Support to the Deaf (CAS). In these classes, the aim is to guarantee students access to Libras as their mother tongue in the learning process of the Geography curriculum component. From a methodological point of view, this is a qualitative investigation that combines classroom observations and a literature review. The theoretical framework is based on authors who discuss the teaching of Geography and the education of deaf individuals, highlighting Cavalcanti (2005) and Gonçalves (2019) in the field of Geography teaching, and Perlin (2004), Quadros (2002), and Silva (2025) in discussions about deafness, deaf culture, and Libras (Brazilian Sign Language). The results demonstrate the relevance of the role of the TILSP (Translator and Interpreter of Sign Language and Portuguese) as a linguistic mediator in the educational process. The interaction between the classroom teacher and the TILSP proves fundamental to ensuring communication and facilitating access for deaf students to the content covered in the classroom.

Keywords: Geography and deaf culture; Geography of Teaching; Deaf People.

INTRODUÇÃO

Como vemos em outras áreas de conhecimento, no Ensino de Geografia, uma das bases observadas foi com relação ao ensino de categorias geográficas e que servem de apoio para as análises espaciais, o que é muito utilizada pela sociedade e que não significa que estão sendo aplicadas de forma correta a atingir os sujeitos que são a base do estudo deste artigo, os sujeitos surdos. Mesmo diante da existência de diversos dispositivos legais voltados à garantia de uma educação inclusiva e de qualidade, observa-se que tais normativas ainda não se efetivaram plenamente no cotidiano das instituições escolares. Na prática, persistem desafios relacionados à implementação de metodologias e estratégias pedagógicas que contemplem as especificidades linguísticas e culturais dos estudantes surdos. Nesse sentido, Lopes (2012, p. 02) apresenta uma reflexão acerca de como alguns profissionais da educação compreendem e mobilizam possibilidades metodológicas para o trabalho com essas categorias, destacando caminhos para a construção de práticas pedagógicas mais sensíveis às demandas da educação inclusiva:

Analisar como tem se dado a utilização dos conceitos e categorias geográficas de análise espacial, bem como os mesmos tem se manifestado é algo que em uma primeira vista parece um pouco trabalhoso, haja vista a enormidade de usos que essas categorias têm tido, e em sua grande maioria sem nenhuma preocupação com seus melhores significados. Em vários casos têm se mostrado algo bastante irresponsável, pois não se tem dado a devida atenção do uso dos termos. Uns utilizam os conceitos e categorias de forma superficiais, outros misturam os sentidos como se os conceitos e as categorias em alguns casos fossem as mesmas coisas ou bem símiles. O certo é que, como por exemplo, que: espaço é espaço e não território. Isso vale, também, para os outros conceitos da ciência geográfica, tais como, lugar, paisagem e território (Lopes, 2012, p. 02).

A perspectiva apresentada pelo autor aproxima-se das situações observadas durante a realização da pesquisa em sala de aula. Nas práticas pedagógicas acompanhadas, foi possível identificar que alguns professores tendem a transferir parte da responsabilidade pela mediação do conhecimento aos profissionais TILSP. Tal postura parece estar associada, sobretudo, às dificuldades enfrentadas pelos docentes diante das especificidades linguísticas dos estudantes surdos, especialmente pela ausência de domínio da Libras e pela necessidade de mobilizar estratégias didáticas que considerem a dimensão visuoespacial do processo de aprendizagem desses sujeitos.

Entretanto, essa dinâmica revela uma problemática recorrente no contexto da educação inclusiva: a compreensão equivocada acerca do papel do profissional TILSP no espaço escolar. Ao delegar ao intérprete a responsabilidade pela explicação ou adaptação dos conteúdos, o professor regente acaba por deslocar uma atribuição que é, fundamentalmente, pedagógica e docente. Nesse cenário, o profissional TILSP passa, muitas vezes, a ocupar um lugar que extrapola sua função institucional, que consiste na mediação linguística entre a língua portuguesa e a Libras.

Tal prática evidencia fragilidades na implementação das políticas de educação inclusiva, uma vez que a presença do intérprete, por si só, não garante condições efetivas de aprendizagem para os estudantes surdos. No caso específico do ensino de Geografia, essa realidade torna ainda mais evidente a necessidade de formação docente que contemple o reconhecimento da Libras e das especificidades da cultura surda, bem como o desenvolvimento de práticas pedagógicas que integrem recursos visuais e estratégias visuoespaciais. Assim, reforça-se a importância de uma atuação colaborativa entre professor regente e TILSP, sem que haja deslocamento das responsabilidades pedagógicas inerentes ao exercício da docência.

Silva (2025, p. 17) explica ainda mais sobre como se dá essa questão dentro do Currículo no Estado do Acre:

O Currículo de Referência Único do Acre/CRUA (2019) indica que a visão de mundo é que permite a coerência entre as ideias, ou ainda, entre aquilo que concebemos sobre o mundo e que reflete sua importância para o entendimento de nós mesmos, como parte dele. Dessa forma, podemos entender que, estudando geografia é possível compreender não apenas nossa posição geográfica, mas também, de algum modo, nossa atuação no mundo em que vivemos (Silva, 2025, p. 17).

Na perspectiva de Silva (2025), o ensino das categorias geográficas em Libras pode ultrapassar a mera tradução de conceitos para a língua de sinais. Para o autor, ao abordar essas temáticas no contexto da educação de estudantes surdos, abre-se a possibilidade de estabelecer relações com os espaços vividos e com as experiências concretas desses sujeitos, permitindo que o conhecimento geográfico seja articulado com as realidades sociais e territoriais nas quais estão inseridos. Dessa forma, o ensino de Geografia, mediado pela Libras, possibilita a construção de aprendizagens que dialogam com os mundos reais, favorecendo a compreensão crítica do espaço geográfico e das dinâmicas que o constituem, o mundo real em que o sujeito surdo vivencia, pois o CRUA não limita coerência de ideias entre o perceptível e o que será ensinado: “Os estudos geográficos ganham destaque, uma vez que a geografia é uma das diversas disciplinas que possibilita o acompanhamento das transformações recentes do mundo, de forma integrada” Silva (2025, p. 17).

Assim, ensinar Geografia é buscar formas de possibilitar condições e formar alunos que aprendam a pensar sobre o espaço. O ensino de Geografia tradicionalmente busca formar alunos capazes de pensar criticamente sobre o espaço geográfico. Desenvolvemos habilidades de comparação, análise de relações parte-todo e compreensão das contradições no uso social dos recursos naturais. No entanto, essas abordagens geralmente não consideram as especificidades dos alunos surdos, criando barreiras que limitam o acesso pleno ao conhecimento geográfico e ao desenvolvimento do pensamento crítico espacial.

METODOLOGIA

A abordagem desse trabalho-síntese utiliza uma pesquisa bibliográfica e exploratória, destinada a oferecer uma compreensão geral e preliminar de fenômenos que ainda não são bem compreendidos, como os estudos de geografia inclusiva e Libras. Conforme afirmado por Gil (2008, p. 46), “as pesquisas exploratórias têm como meta fornecer uma perspectiva geral, de caráter aproximativo, sobre um determinado evento”, o que as torna adequadas para esta investigação.

A obtenção de informações foi realizada através de métodos variados, incluindo a observação direta em salas de aula com alunos surdos matriculados, conversas informais com professores regentes de Geografia e profissionais TILSP e a coleta de dados secundários de fontes oficiais, nesse caso, junto ao CAS. A realização de entrevistas informais é especialmente útil em pesquisas exploratórias, pois facilita a compreensão de

contextos pouco familiarizados ou a identificação preliminar dos problemas analisados (Gil, 2008). Antes das entrevistas, foram realizadas observações das atividades realizadas pelos professores regentes de geografia em salas de aulas com alunos surdos matriculados, no ano de 2023, para posterior análise.

Os dados da pesquisa foram obtidos por meio de observações em sala de aula e entrevistas realizadas com professores regentes do componente curricular de Geografia e profissionais TILSP (Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais e Português) atuantes em quatro escolas da rede pública de ensino da cidade de Rio Branco – AC. As turmas selecionadas para a investigação correspondem aos anos finais do Ensino Fundamental, especificamente o 8º e 9º anos, nos quais há a presença de estudantes surdos matriculados.

A análise das práticas pedagógicas observadas suscita alguns questionamentos acerca da eficácia das metodologias utilizadas pelos professores regentes de Geografia no processo de ensino e aprendizagem desses estudantes. Nesse sentido, duas questões centrais orientam a reflexão. A primeira refere-se à autonomia docente no que diz respeito à escolha e à aplicação das metodologias de ensino, considerando que o professor possui liberdade pedagógica para organizar e desenvolver suas práticas didáticas.

A segunda questão relaciona-se à necessidade de avaliar em que medida tais metodologias têm favorecido, de fato, a aprendizagem dos estudantes, especialmente dos alunos surdos. Tal aspecto exige uma reflexão permanente sobre os resultados das práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula. Nesse contexto, o diálogo entre professores regentes e profissionais TILSP torna-se fundamental, possibilitando a troca de experiências e a proposição de estratégias metodológicas que contribuam para o ensino de estudantes surdos.

Desse modo, destaca-se também a importância da formação continuada dos profissionais envolvidos, entendida como um compromisso ético e pedagógico com a qualificação das práticas educativas e com a construção de uma educação mais inclusiva.

ENSINO DE GEOGRAFIA E ESTUDOS CULTURAIS DE SUJEITOS SURDOS

Assim, ensinar Geografia é buscar formas de possibilitar condições e formar alunos que aprendam a pensar sobre o espaço. Os sujeitos surdos, ao longo da história, travaram intensas lutas pelo reconhecimento de suas identidades linguísticas e culturais. Durante décadas, enfrentaram processos de invisibilização e silenciamento social impostos por

diferentes instituições, entre elas a família, a Igreja, o Estado e, sobretudo, o sistema educacional. Como afirma Silva (2025, p. 26), os diferentes momentos históricos vivenciados pelos sujeitos surdos foram marcados, em grande medida, por “estados de silenciamento e invisibilidade social”, que limitaram sua participação plena na vida social e cultural.

Nesse sentido, a compreensão da trajetória histórica da comunidade surda exige uma análise das perspectivas historiográficas que moldaram a forma como esses sujeitos foram representados ao longo do tempo. Com base em Perlin (2004), é possível identificar duas abordagens importantes: o historicismo e a História Cultural. O historicismo parte do pressuposto de que cada período histórico possui crenças e valores próprios, devendo os fenômenos sociais ser compreendidos a partir de seus contextos históricos. No caso da história dos surdos, essa perspectiva esteve frequentemente associada a uma narrativa construída pelo olhar do colonizador — ou seja, pelo sujeito ouvinte — que historicamente ocupou posição de poder na produção do conhecimento.

Por outro lado, a História Cultural apresenta-se como uma abordagem que articula contribuições da história e da antropologia, valorizando as experiências, práticas sociais e formas de produção cultural dos próprios sujeitos surdos. Nessa perspectiva, os surdos deixam de ser apenas objetos de análise para se constituírem como protagonistas de sua própria história. Assim, a História Cultural emerge também como resultado das lutas dos movimentos sociais, especialmente do movimento surdo, que reivindica o reconhecimento de sua língua, cultura e identidade.

Apesar desses avanços teóricos, ainda são escassos os registros históricos produzidos a partir das práticas sociais dos próprios sujeitos surdos. Conforme aponta Sá (2004), grande parte da história da surdez foi narrada a partir da perspectiva dos ouvintes, o que produziu interpretações marcadas por visões normalizadoras e assimilacionistas. Nesse sentido, a autora sintetiza essa narrativa ao afirmar que a história dos surdos, contada por não-surdos, muitas vezes se desenvolveu a partir de uma lógica de descoberta, isolamento e tentativa de normalização desses sujeitos.

Essas reflexões historiográficas revelam lacunas importantes na compreensão das experiências sociais da comunidade surda. Ao analisar os espaços de interação social historicamente ocupados por esses sujeitos, destacam-se três dimensões relevantes: as instituições educacionais especializadas, que funcionaram como importantes espaços de encontro e construção identitária; as comunidades religiosas inclusivas, que em alguns

contextos favoreceram a participação social dos surdos; e os espaços de trabalho e profissionalização, nos quais esses sujeitos buscaram afirmar sua autonomia e inserção social.

Por outro lado, a trajetória histórica da comunidade surda também foi marcada por contextos de exclusão e restrição social. Entre esses processos destacam-se a institucionalização forçada em determinados períodos históricos, as restrições legais e sociais que limitaram a participação plena dos surdos na sociedade e, ainda, práticas médicas controversas que buscaram normalizar ou corrigir a surdez a partir de uma perspectiva biomédica.

No campo da Geografia, tais discussões podem ser articuladas com abordagens metodológicas que valorizam a análise comparativa entre diferentes contextos espaciais. A comparação constitui uma ferramenta fundamental para compreender as semelhanças e diferenças entre territórios, permitindo identificar padrões de ocupação espacial, dinâmicas culturais e relações socioambientais. Essa perspectiva contribui para o desenvolvimento do pensamento crítico e para a compreensão das múltiplas escalas que estruturam os fenômenos geográficos.

Nesse contexto, ao discutir o ensino de Geografia em uma perspectiva inclusiva, torna-se fundamental considerar as especificidades linguísticas e culturais dos estudantes surdos. Assim, este trabalho busca contribuir para o debate acerca do ensino de Geografia para sujeitos surdos, analisando as relações estabelecidas entre o professor regente e os estudantes surdos no contexto escolar. Nesse processo, destaca-se também a atuação do profissional TILSP (Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais e Português), que desempenha um papel fundamental como mediador linguístico entre professor e aluno, possibilitando condições de acessibilidade, sobretudo no plano comunicacional e linguístico.

POLÍTICAS DE INCLUSÃO DE SUJEITOS SURDOS DA REDE DE ENSINO DO ACRE, EM 2023: UM ATENDIMENTO EXCLUSIVO DO CENTRO DE APOIO AO SURDO/CAS/AC

Assim, ensinar Geografia é buscar formas de possibilitar condições e formar alunos que aprendam a pensar sobre o espaço. No Estado do Acre, o atendimento a pessoas com

surdez começou a receber uma atenção mais sistemática por parte do poder público com a implementação de políticas educacionais inclusivas e programas voltados para a garantia de direitos linguísticos e culturais. Esse movimento foi impulsionado por legislações nacionais, como a Lei 10.436/2002 e o Decreto 5.626/2005, que reforçam o direito à educação bilíngue, reconhecendo a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como a língua natural da comunidade surda e o português como segunda língua. A partir dessas iniciativas, o Acre passou a adotar medidas que buscam assegurar o acesso a uma educação de qualidade, respeitando as especificidades da pessoa surda e promovendo sua plena integração à sociedade.

Segundo Sene (2018, p. 23), o Centro de Formação de Profissionais da Educação e Atendimento às Pessoas com Surdez – CAS/AC foi:

“criado em 5 de fevereiro de 2005, com o intuito de Promover Inclusão Escolar e Social das pessoas surdas do Estado do Acre”. Quem procura o CAS é atendido de forma cordial pela então coordenadora e por toda a equipe de apoio do centro, funcionava no prédio do CRIE – Centro de Referência e Inovações Educacionais, que foi idealizado pela Secretaria de Estado de Educação e Esporte (SEE) (Sene, 2018, p. 23).

Inicialmente funcionava no antigo e desativado Shopping de Rio Branco, Mira Shopping, depois migrou para a rua Omar Sabino de Paula, nº 650, Bairro Estação Experimental, em frente à Delegacia Central de Flagrantes e atualmente encontra-se na Estrada Alberto Torres, nº 825 – Conjunto Mariano – Rio Branco – Acre.

No que diz respeito às escolas de responsabilidade do estado, na cidade de Rio Branco, por meio do Departamento de Educação Especial, da Diretoria de Ensino, setor ligado à Secretaria Estadual de Educação, Cultura e Esportes (SEE) em Rio Branco – Acre, foram solicitados dados via ofício ao Centro de Apoio ao Surdo – CAS - Estadual, em que obtivemos as seguintes informações, do ano letivo de 2023: em Rio Branco há um total de 33 escolas estaduais com alunos surdos matriculados e que têm ou não acompanhamento de profissionais TILSP que fazem o acompanhamento desses alunos. Nas escolas há um total de 49 alunos surdos, o que significa que há escolas com mais de um aluno surdo.

Com relação aos anos/série desses alunos que são atendidos pelo CAS-estadual, durante o ano letivo de 2023, temos alunos do 4º e 5º ano do Ensino Fundamental I, alunos do 6º, 7º, 8º e 9º anos do Ensino Fundamental II, alunos do 1º, 2º e 3º ano do Ensino Médio no ensino regular, e ainda, alunos dos Ensinos Fundamental II e Médio que estão

matriculados no Centro de Educação de Jovens e adultos – CEJA, sendo acompanhados por profissionais de Libras. Essas informações estão organizadas no Quadro abaixo:

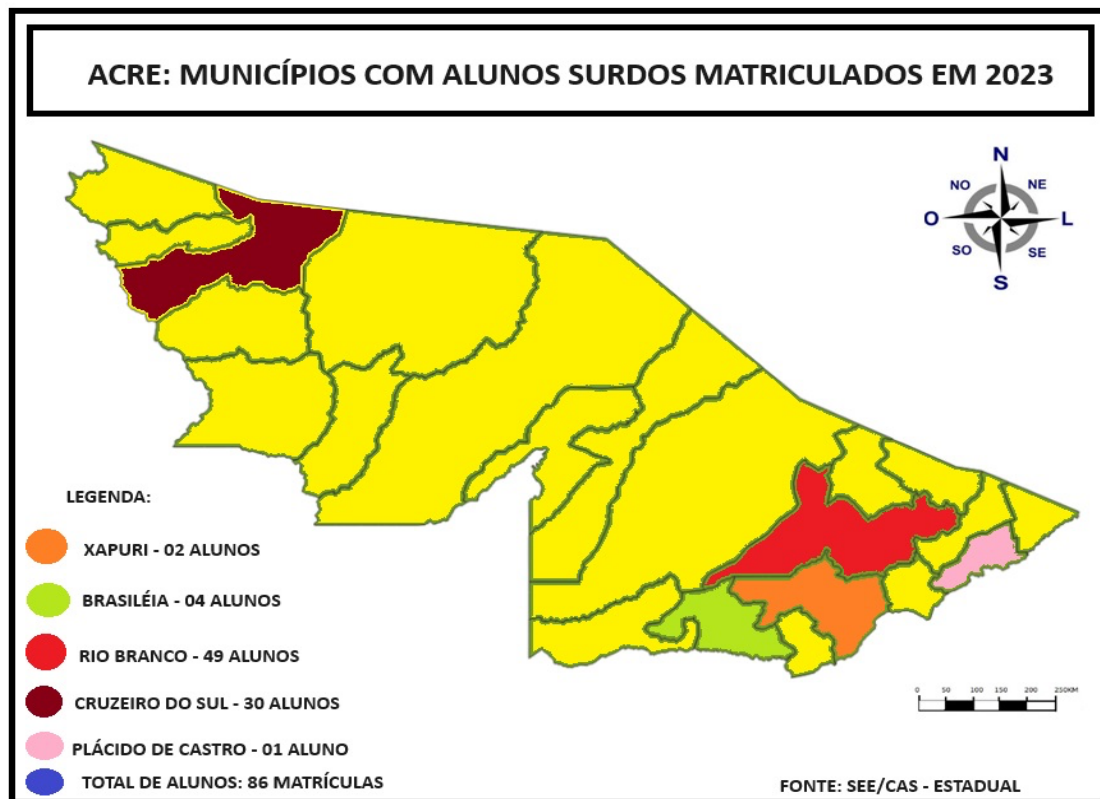
Quadro 1 – Resumo do quantitativo de alunos surdos e TILSP da rede estadual em 2023:

| MUNICÍPIO | Nº DE ALUNOS | Nº DE PROFISSIONAIS |
|-------------------|------------------|-------------------------|
| RIO BRANCO | 49 alunos | 46 profissionais TILSP |
| BRASILÉIA | 4 alunos | 3 profissionais TILSP |
| PLÁCIDO DE CASTRO | 1 aluno | 1 profissional TILSP |
| XAPURI | 2 alunos | 2 profissionais TILSP |
| CRUZEIRO DO SUL | 30 alunos | 15 profissionais TILSP |
| TOTAL | 86 alunos | 67 profissionais |

Fonte: CAS/AC, 2023. Adaptado pelo autor.

Para melhor visualização desses alunos, demonstramos as suas localidades no mapa a seguir:

Figura 1 – Resumo do quantitativo de alunos surdos da rede estadual em 2023 e suas localizações geográficas:



Fonte: CAS/AC, 2023. Adaptado pelo autor.

Com relação aos profissionais TILSP ou professores de Libras, que são do quadro do CAS – Estadual, portanto, lotados nas escolas estaduais, em sua grande maioria, tem apenas Ensino Médio completo, com cursos na área de Tradução e Interpretação de Libras/português. Quando profissionais de nível superior, podem ter licenciatura em qualquer área com especialização *Latu Senso* em Libras. A carga horária desses profissionais é de 25 horas/aula, podendo chegar a 50 horas/aula para profissionais que possuem mais de um contrato de trabalho. Podemos observar a distribuição desses profissionais nos municípios do Acre a seguir no Mapa:

Figura 2 – Resumo do quantitativo TILSP da rede estadual em 2023:



Fonte: CAS/AC, 2023. Adaptado pelo autor.

Assim, ensinar Geografia é buscar formas de possibilitar condições e formar alunos que aprendam a pensar sobre o espaço. Cabe ressaltar que a maioria desses profissionais são do quadro provisório, tanto no município de Rio Branco como em todos os demais

municípios que o CAS – Estadual atende na rede estadual de ensino. Eles se valem das mais variadas jornadas de precarização do trabalho.

Conforme salienta Quadros (2008), o TILSP é fruto de diversas reivindicações de pessoas da comunidade surda, o que anteriormente estava ligado somente através de contextos religiosos, comunitários e assistencialistas conforme o relato a seguir:

Nessa época, os intérpretes não tinham o status profissional que hoje possuem, mas muito daqueles intérpretes que atuavam nesses espaços se tornaram, ao longo dos anos, líderes da categoria e, atualmente, participam do cenário nacional enquanto articuladores do movimento em busca da profissionalização desse grupo, como membros e presidentes das associações de intérpretes de Língua de Sinais no país (Quadros, 2008, p.153).

Nesse contexto, tanto no estado do Acre quanto em outras regiões do Brasil, observa-se a presença de estudantes surdos inseridos em turmas do ensino regular, tendo acesso às aulas ministradas por professores ouvintes que, em muitos casos, não possuem domínio da Libras. Diante dessa realidade, diferentes estratégias pedagógicas passaram a ser mobilizadas com o objetivo de garantir condições mínimas de acessibilidade linguística no processo de ensino e aprendizagem. Entre essas estratégias, destaca-se a atuação conjunta entre os professores regentes e os profissionais TILSP (Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais e Português), que passaram a colaborar na mediação comunicacional entre docentes e estudantes surdos.

Esse processo implicou a necessidade de adaptações metodológicas e didáticas por parte dos professores, buscando favorecer a compreensão dos conteúdos escolares pelos estudantes surdos nas diversas salas de aula do país. No estado do Acre, essa dinâmica tornou-se ainda mais evidente após o encerramento das atividades da Escola de Surdos, conhecida como CEES – Centro Educacional de Estudantes Surdos. A partir desse momento, os estudantes que anteriormente frequentavam essa instituição passaram a ser matriculados em escolas regulares da rede pública de ensino.

Com a inclusão desses alunos nas turmas comuns, intensificaram-se os desafios relacionados à garantia de acessibilidade linguística e pedagógica no ambiente escolar. Nesse cenário, a presença do profissional TILSP tornou-se um elemento fundamental para viabilizar a comunicação entre professores e estudantes surdos, bem como para favorecer o acesso desses sujeitos aos conteúdos trabalhados nas diferentes áreas do conhecimento.

Agora temos o acesso linguístico aos alunos surdos estabelecido em todas as escolas atendidas pelo CAS em sua concretude? Não, apesar de muitos esforços, sabemos que a efetivação das políticas públicas no Brasil acontece de forma lenta e que esse processo ainda não é feito por todos os profissionais. Ainda temos alunos surdos que mesmo com a disponibilização dos profissionais, continuam sem ter acesso linguístico como determinam as leis de inclusão do Brasil.

ENSINO DE GEOGRAFIA: TRAJETÓRIAS, IDENTIDADES E CULTURAS SURDAS

Fazendo uma abordagem do que temos sobre o ensino de Geografia a alunos surdos, nos deparamos com muitos atravessamentos, que permeiam desde falta de informação, à falta de metodologias para enfrentar os desafios do processo de ensino e de aprendizagem em Geografia para estudantes surdos, em classes majoritariamente ouvintes no Brasil. O campo de pesquisa da Geografia é diverso, mas bem específico quando trazemos o debate para a área da inclusão de alunos surdos. Assim, consideramos importante e necessário socializar, e ao mesmo tempo, ampliar as discussões que tratam dessa temática e da importância de temas como o ensino de Geografia e a inclusão, nesse caso, a inclusão de sujeitos surdos, abrangendo práticas pedagógicas que são ou poderiam ser desenvolvidas nas salas de aula e em outros espaços escolares, considerando as múltiplas diferenças que ali existem.

Segundo estudos de Quadros (2008), no Brasil, o resultado desta busca por visibilidade social resultou no reconhecimento institucional da Libras como a língua natural das pessoas surdas. Embora a Libras já fosse sinalizada por surdos, o seu estatuto de língua não era reconhecido, esse reconhecimento veio com a Lei 10.436/2002.

Dentro da perspectiva do ensino de Geografia, estudos realizados no Brasil indicam que poucos — ou quase nenhum — professores regentes da disciplina possuem conhecimento em Libras ou domínio suficiente da língua a ponto de ministrar aulas de Geografia diretamente na língua materna dos estudantes surdos, (Albres, 2015). Nesse contexto, destaca-se o papel fundamental do profissional Tradutor e Intérprete de Libras—Língua Portuguesa (TILSP), que atua como mediador linguístico entre o professor regente e o estudante surdo no espaço da sala de aula. Esse profissional possibilita a comunicação e a circulação do conhecimento geográfico, contribuindo para o acesso do estudante surdo

aos conteúdos escolares e para a efetivação de práticas pedagógicas mais inclusivas no ensino de Geografia.

Conforme coloca ainda Quadros (2008), o TILSP é fruto de diversas reivindicações de pessoas da comunidade surda, o que anteriormente estava ligado somente através de contextos religiosos, comunitários e assistencialistas conforme o relato a seguir:

Nessa época, os intérpretes não tinham o status profissional que hoje possuem, mas muito daqueles intérpretes que atuavam nesses espaços se tornaram, ao longo dos anos, líderes da categoria e, atualmente, participam do cenário nacional enquanto articuladores do movimento em busca da profissionalização desse grupo, como membros e presidentes das associações de intérpretes de Língua de Sinais no país (Quadros, 2008, p.153).

Na perspectiva do ensino de geografia, Cavalcanti (2005), coloca que:

Os estudantes que chegam no 7º ano do Ensino Fundamental já têm um conhecimento sobre a forma padrão de regionalização do Brasil em que a sua própria localização como indivíduo precisa ser explorada, considerando a divisão geográfico-política brasileira. Nesse sentido, tanto os estudantes surdos quanto os ouvintes precisam ser vistos como sujeitos que constroem ativamente significados sobre os conceitos de "região" e "Brasil", relacionando-os a suas vivências locais (Cavalcanti, 2005, p. 34).

Torna-se de fundamental importância que os sujeitos surdos, além de terem suas aulas traduzidas e exemplificadas em sua língua materna, tenham exemplos de assuntos geográficos de sua realidade, o que irá facilitar seu melhor desempenho dentro do componente de geografia.

Propomos neste trabalho-síntese relacionar a surdez e o ensino de Geografia para que compreendamos questões de enfrentamento didático para quem não ouve, mas que tem a possibilidade de aprender, se utilizamos de metodologias de ensino inclusivas e adequadas, para ensinar geografia ou qualquer outro componente curricular, pois de acordo com Silva (2023, p. 14) “se ocupamos coletivamente o espaço, coletivamente precisamos saber sobre ele” e ainda:

Somos iguais ao sermos diferentes, somos diferentes fazendo encontrar um mundo compartilhado. A Língua de Sinais em si mesmo um universo linguageiro. No Brasil temos a Libras, Língua Brasileira de Sinais, em Portugal, a LGP, Língua Gestual Portuguesa, em Moçambique os surdos falam a LSM, Língua Moçambicana de Sinais – e assim sucessivamente em cada país, mesmo quando compartilham a mesma linguagem oralizada. São línguas completas em sua estrutura distinta das línguas orais. Ora, cada língua é uma forma diferente de compreender e pela tradução, compreender o mundo de formas diferentes. Do

mesmo modo, cada paisagem, região, território e nação tem uma geografia específica e comum às demais, e os que pertencem a esses espaços são “falantes” desses espaços: aqui, linguagem e Geografia se encontram e nos confrontam no ensino: não oralizar, mas sinalizar. A oralização foi uma história de violência contra a linguagem dos surdos, bilíngues (Silva, 2023, p. 14).

Com esta pesquisa, vimos que o ensino de Geografia em Libras pode ser uma possibilidade e que a surdez não é um empecilho para a aprendizagem ou quaisquer outros temas relacionados ao ensino de surdos. Podemos, desse modo, propor o ensino de geografia dentro de uma perspectiva bilíngue para estudantes surdos, em que possamos utilizar a Língua Portuguesa e a Libras, no caso de estudantes brasileiros, valorizando suas línguas. Mas, para que isso aconteça, o professor de Geografia precisaria aprender a Libras para se comunicar e ensinar o estudante surdo que está presente em suas salas de aula, em que a maioria dos estudantes são ouvintes, ou como já temos em algumas escolas, a presença de um profissional TILSP para dar essa acessibilidade, o que impede algumas interações, pois não temos, nesse último caso, a espontaneidade nos diálogos e nas atividades propostas pelos professores regentes e mesmo que ele fosse fluente, ainda assim precisaria do profissional TILSP.

O Ensino de Geografia, enquanto componente curricular que busca desenvolver uma leitura crítica do mundo, apresenta um enorme potencial para formar cidadãos capazes de compreender e intervir nas dinâmicas sociais e espaciais. Essa disciplina, ao articular as relações humanas com o meio físico e suas transformações, assume também a responsabilidade de promover uma educação inclusiva, especialmente quando destinada a estudantes surdos.

Nesse contexto, o desafio é integrar as categorias geográficas ao processo de ensino de maneira que elas sejam acessíveis, relevantes e alinhadas às especificidades linguísticas e culturais dessa comunidade. Por meio de práticas pedagógicas que utilizem recursos visuais, táteis e tecnológicos, mediadas pela Língua Brasileira de Sinais, é possível estabelecer uma relação significativa entre o conhecimento geográfico e a experiência sensorial e cultural dos surdos.

Uma característica colocada por Silva (2025, p. 65) aborda como se dá a questão identitária do sujeito surdo com relação ao Ensino de Geografia quando o autor diz que:

A educação de surdos exige uma abordagem que privilegie a visualidade como principal canal de comunicação. A Libras, como língua de instrução, é essencial para garantir que os conceitos sejam compreendidos de forma plena e

significativa. Ao abordar as categorias geográficas, como espaço, território, paisagem, lugar e região, é importante pensar em estratégias que conectem esses conteúdos com as vivências cotidianas dos alunos surdos, utilizando métodos que priorizem a exploração sensorial e a interação visual. Por exemplo, o conceito de espaço pode ser trabalhado por meio de mapas interativos que representem a organização do território e suas dinâmicas sociais, enquanto a ideia de território pode ser explorada por meio de materiais tridimensionais ou dramatizações que ajudem a ilustrar relações de poder e controle. Essas estratégias não apenas facilitam a compreensão dos conteúdos, mas também ajudam os alunos a reconhecer sua inserção e participação nos processos sociais e espaciais que os cercam (Silva, 2025, p. 65)

Para o autor, como os sujeitos surdos tem uma perspectiva visuoespacial, apenas a presença do profissional TILSP não dá a garantia que eles possam ter clareza nas explicações, pois vejamos, o professor regente está explicando uma imagem e o sujeito surdo tem que ter a atenção do profissional TILSP e do professor regente ao mesmo tempo, isso dificulta a interação para obter todas as informações precisas naquela explicação. Por este e outros motivos que o autor explica que é fundamental utilizar estratégias que conectem esses sujeitos.

Para ilustrar o relato acima, trazemos Gonçalves (2019, p. 09) faz um estudo sobre lugar analisando as representações de lugar no cotidiano dos alunos do 6º ano, em que a categoria lugar representa:

[...] o lugar de vivência e o percurso da casa até a escola no cotidiano do aluno é possível perceber que o mesmo demonstrou através do mapa mental os elementos existentes no seu lugar de vivência e durante o percurso para chegar à escola; a sua residência localiza-se na principal via de acesso, uma estrada que liga os principais lugares ao entorno do aluno. É possível perceber que o aluno busca representar o seu espaço vivido impondo sobre ele o sentimento de pertencimento, em que o lugar ganha significado simbólico e onde as relações de identidade se constroem a partir da vivência. Dessa forma, a leitura da realidade é valiosa na visão do aluno, visto que através deste o mesmo realizou o exercício da observação e da percepção da existência de variados elementos naturais e culturais que são produzidos e articulados por diferentes interesses sociais (Gonçalves, 2019, p. 09).

O autor utiliza como exemplo os elementos cartográficos por meio de desenhos elaborados pelos estudantes para exemplificar a representação do lugar de vivência e o percurso do estudante até a escola, facilitando que esse compreenda a importância de se situar e compreender sobre o lugar que conhece e o lugar em que está que é de fundamental importância. Essa atividade é mais uma informação simples que se bem explicada para o sujeito surdo, ele conseguirá realizar com o apoio do profissional TILSP.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das observações deste trabalho-síntese nos permitiu compreender um pouco sobre a complexidade do trabalho dos professores regentes de Geografia, bem como é desafiador, além da enorme responsabilidade que é o trabalho realizado pelo profissional TILSP nas escolas do Estado do Acre. Vimos o quanto é difícil incluir de fato e de direito, os sujeitos surdos no Ensino de Geografia.

Pelos dados apresentados do quantitativo de alunos matriculados e do quantitativo de profissionais TILSP no ano de 2023, podemos perceber a falta que as escolas públicas acreanas têm de profissionais capacitados para lidar com a questão da inclusão de surdos na rede de ensino. Cabe aqui ressaltar que os dados trazidos abordaram somente o componente curricular de geografia, não estamos descartando a(s) dificuldade(s) com os demais componentes curriculares, que deve existir e deve ser triste e alarmante.

Um fator-problema que é muito importante colocar aqui é a questão da difusão da Libras, bem como da Cultura Surda, o pouco conhecimento por parte de professores regentes, bem como dos demais alunos da sala de aula regular pode dificultar o ensino. Durante a interpretação do profissional TILSP, a falta de informação acerca da questão visoespacial do sujeito Surdo pode levar os demais alunos e até o professor regente a passarem na frente do profissional que estar interpretando e isso pode quebrar informações e fazer com que o aluno Surdo adquira somente parte de determinada explicação.

Assim sendo, a análise aqui realizada destaca de forma clara e contundente a complexidade do trabalho dos professores regentes de Geografia e dos profissionais Tradutores e Intérpretes de Libras (TILSP) no ensino regular. Esses profissionais enfrentam desafios diários ao tentar proporcionar um ensino de qualidade que atenda às especificidades dos alunos Surdos. O contexto revela tanto as barreiras estruturais quanto as pedagógicas que limitam a inclusão efetiva desses estudantes, evidenciando uma necessidade urgente de intervenções em diferentes níveis do sistema educacional.

Para se ter o alcance de uma educação inclusiva de fato, é imprescindível que a formação inicial de professores inclua Libras como um componente obrigatório, não apenas como uma disciplina isolada, mas como parte integrada à formação pedagógica dos futuros educadores. Essa inclusão deve abranger tantos aspectos técnicos, relacionados à gramática e ao uso da língua, quanto aspectos culturais, ligados à identidade surda e à sua relação com o processo de ensino-aprendizagem. Além disso, é necessário que as

licenciaturas, especialmente em áreas como Geografia, promovam atividades práticas que estimulem os futuros professores a aplicar Libras em situações reais de sala de aula.

A maior dificuldade enfrentada pelos professores e pelos TILSP é a falta de materiais didáticos adaptados que atendam às necessidades dos alunos Surdos e com outras deficiências, especialmente em disciplinas como Geografia, que frequentemente utilizam conceitos abstratos e representações simbólicas, como mapas e gráficos. A ausência de materiais específicos dificulta ainda mais a compreensão desses conteúdos, que são transmitidos em português e traduzidos simultaneamente para Libras pelos intérpretes. No entanto, essa tradução, realizada pelo profissional TILPS, nem sempre garante que o sujeito surdo compreenda plenamente o que foi ensinado, principalmente quando há lacunas na adaptação dos recursos didáticos.

Para superar essa barreira, é essencial que as escolas e o governo invistam no desenvolvimento de recursos visuais e interativos que respeitem a natureza visoespacial dos alunos Surdos. Materiais como vídeos com interpretação em Libras, mapas táteis, infográficos interativos e jogos digitais podem tornar o ensino mais dinâmico e acessível. Metodologias ativas, como a aprendizagem baseada em projetos e a gamificação, também são ferramentas poderosas para estimular a participação e o engajamento dos alunos. Essas metodologias permitem que o estudante Surdo seja protagonista de seu aprendizado, desenvolvendo não apenas competências cognitivas, mas também habilidades sociais e comunicativas, apenas a Libras, sozinha, isolada, não pode ser a única ferramenta para inclusão de sujeitos surdos nas escolas brasileiras.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, por meio da concessão de bolsa de pesquisa. Agradeço à Universidade Federal de Rondônia (UNIR) pelo suporte institucional e acadêmico durante o desenvolvimento desta investigação. Expresso também minha gratidão aos professores, em especial ao meu orientador de doutorado, colegas pesquisadores e participantes da pesquisa que contribuíram, direta ou indiretamente, para a construção deste estudo.

REFERÊNCIAS

- ALBRES, Neiva de Aquino. **Intérprete educacional: políticas e práticas em sala de aula**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.
- CAVALCANTI, L. S. **Geografia, Escola e Construção de Conhecimentos**. 7 a ed. Campinas, SP: Papirus, 2005.
- Gil, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** / Antônio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.
- GONÇALVES, C.F. **O estudo da Categoria Lugar: Uma possibilidade para aprender Geografia no Ensino Fundamental**. Anais do VI Congresso Nacional de Educação, 2019.
- LOPES, Jecson Girão. **As especialidades de análise do espaço, paisagem e território na Geografia**. Revista Geografia, ensino e pesquisa. Vol. 16, nº 02, p. 23 -30, maio/agosto, UFSM, 2012.
- PERLIN, Glades. **O lugar da cultura surda**. In: LOPES Maura Corcini; THOMAS, Adriana da Silva (Org.). *A invenção da surdez: cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação*. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2004.
- QUADROS, Ronice Muller de. **O tradutor e intérprete da língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Secretaria de Educação Especial – Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília: MEC/SEESP, 2002.
- QUADROS, R. M. (org.). **Estudos surdos III**. Petrópolis: Arara Azul, 2008.
- SÁ, Nídia Regina Limeira de. **Os Estudos Surdos**. 2004. Disponível em <www.feneis.org.br/educacao/artigos_pesquisas/estudos_surdos.htm> acessado em 10/09/2025.
- SENE, L.S.; SILVA, O.M. **A (re)construção de sentidos sobre o sujeito Surdo e a comunidade surda no livro didático “Libras em contexto”**. Monografia do Curso de Licenciatura em Letras Libras da Universidade Federal do Acre, 2018.
- SILVA, Jeane Medeiros. **Prefácio: à surdez e seu ensino geográfico**. In: SAMPAIO, Adriany de Ávila Melo; DE LA FUENTE, Adriano R.; PENA, Fernanda Santos (Orgs.) *Geografia para surdos: reflexões teórico-práticas*. Curitiba: CRV, 2023.
- SILVA, Orlando Menezes da. **O ensino de geografia escolar em libras na cidade de Rio Branco/AC: análises sobre categorias geográficas**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia – PP GEO/Ufac, 2025.

Apêndice – Informações sobre o artigo

Histórico editorial

Submetido: 12 de setembro de 2025.

Aprovado: 03 de fevereiro de 2026.

Publicado: 25 de março de 2026.

Conflito de interesse

Nada a declarar.

Declaração de disponibilidade de dados

Todos os dados foram apresentados/gerados no presente artigo.

Contribuição dos autores

Resumo/Abstract/Resumen: Autores; **Introdução ou Considerações iniciais:** Autores; **Referencial teórico:** Autores; **Metodologia:** Autores; **Análise de dados:** Autores; **Discussão dos resultados:** Autores; **Conclusão ou Considerações finais:** Autores; **Referências:** Autores; **Revisão do manuscrito:** Autores; **Aprovação da versão final publicada:** Autores.

Direitos Autorais

Os direitos autorais são mantidos pelos autores, os quais concedem à Revista Falange Miúda os direitos exclusivos de primeira publicação. Os autores não serão remunerados pela publicação de trabalhos neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicado nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista. Os editores da Revista Falange Miúda têm o direito de realizar ajustes textuais e de adequação às normas da publicação.

Open Access

Este artigo é de acesso aberto (*Open Access*) e sem cobrança de taxas de submissão ou processamento de artigos dos autores (*Article Processing Charges – APCs*). O acesso aberto é um amplo movimento internacional que busca conceder acesso online gratuito e aberto a informações acadêmicas, como publicações e dados. Uma publicação é definida como 'acesso aberto' quando não existem barreiras financeiras, legais ou técnicas para acessá-la—ou seja, quando qualquer pessoa pode ler, baixar, copiar, distribuir, imprimir, pesquisar ou usá-la na educação ou de qualquer outra forma dentro dos acordos legais.



Licença de uso

Este artigo é licenciado sob a Licença *Creative Commons Creative Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (CC BY NC 4.0)*. Esta licença permite compartilhar, copiar, redistribuir o manuscrito em qualquer meio ou formato. Além disso, permite adaptar, remixar, transformar e construir sobre o material, desde que seja atribuído o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico.



Processo de avaliação

Revisão por pares duplo-cega (*Double blind peer review*).

Editor

Marcus Garcia de Sene

Publisher

Este artigo foi Publicado na Revista Falange Miúda vinculada ao Programa de Mestrado Profissional em Letras - campus Garanhuns da Universidade de Pernambuco - UPE. A Revista Falange Miúda publica artigos de natureza técnico-



científica, provenientes de estudos e pesquisas que ofereçam subsídios para o desenvolvimento do conhecimento educacional, propiciando um diálogo entre os diferentes campos da educação no Portal de Periódicos da Universidade de Pernambuco. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião do corpo editorial ou da referida universidade. Na Avaliação CAPES (2017-2020) a Revista Poiesis Pedagógica obteve Qualis B3.

